



Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero Joan Scott and role in the history of construction of gender relations

Tatiana Lima SIQUEIRA¹

Resumo:

Este texto discute a relação entre História e as relações de gênero, dando ênfase especial às reflexões empreendidas pela historiadora e militante feminista Joan Scott e nas “várias” temáticas por ela abordadas no decorrer de sua trajetória acadêmica, discorre também sobre o papel da História no trato das relações de gênero enquanto objeto de estudo necessário e “categoria útil de análise histórica”.

Palavras-chaves: Relações de Gênero, História, Pós-estruturalismo e Joan Scott

Abstract: This article deals with relationships between gender and History, with a special analysis on reflexions by historian and feminist militant Joan Scott, through several works of her academic trajectory. This text shows the role of History in gender studies, considered as an essential field of study, and a useful category of history investigation.

Key words: Gender relations, History, post-structuralism and Joan Scott.

A relação entre conhecimento histórico e relações de gênero é um tema que tem suscitado discussões e levantado questões diversas. Questiona-se: Tem a história participado da construção das relações de gênero, ou apenas informado a respeito de como os sujeitos do sexo masculino e feminino vêm se organizando ao longo do tempo nas diversas sociedades históricas? Tem-se contribuído, como opera essa participação? A história pode colaborar na luta pela promoção de uma sociedade com relações de gênero não hierárquica? É papel desta área de conhecimento se preocupar com esse tipo de problemática? Essas são algumas perguntas que devem ser enfrentadas, e cabe às(aos) historiadoras(es) sensíveis a esse debate promover esse enfrentamento. Este texto se propõe a elucidar algumas questões no que se refere à relação entre gênero e História, a partir do pensamento defendido pela historiadora Joan Scott, intelectual feminista, preocupada em esclarecer essa relação.

Costuma-se pensar a História como instrumento de conhecimento da realidade humana, uma narrativa cuja função é explicar as sociedades a partir de modelos de diferentes matrizes (CARDOSO & VAINFAS, 1997:

¹ Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela UFBA. Formada em História pela UFPB. Professora titular de História no Ensino Básico da rede pública estadual baiana e colégios particulares, professora de Sociologia da Educação da UESSBA (Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia). Filiada a REDOR. Endereço: Rua Mato Grosso, 252, Ed. Goya, Ap 104, Pituba, cep 41.830-150 Salvador-Ba. tatianalsiqueira28@hotmail.com

441-449). Ao concebê-la dessa forma, passa-se a impressão que a realidade, isto é, acontecimento passado ou presente, é algo que possa ser apreendido, traduzido e transmitido por esta ciência.

Porém, há quem questione esta concepção de História e faça crítica à noção de fato histórico aí empregada; Jacques Le Goff é um deles. Segundo Le Goff “não há realidade histórica acabada, que entregaria por si própria ao historiador”, assim, o historiador como todo homem de ciência, “diante da imensa e confusa realidade faz sua opção” e constrói sua explicação do passado (LE GOFF, 2005: 42). Logo, é o historiador, que, diante dos diversos materiais deixados pelo passado, de testemunhos que procuraram guardar o sentido de cada momento e de cada experiência vivenciada pelos sujeitos históricos, escolhe aqueles que terão direito a aparecer; é ele quem seleciona, recorta e faz aparecer os discursos que terão a oportunidade de se apresentar enquanto conhecimento histórico de uma época e lugar.

Foucault, refletindo sobre esse deslocamento da concepção desta área do conhecimento, afirma:

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 2007: 7).

Contribuindo com este debate, Joan Scott, professora de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Avançados em Princeton, historiadora e militante feminista norte-americana, defende a idéia de que o conhecimento histórico não é só um simples registro das mudanças nas organizações sociais ao longo do tempo, mas também, um instrumento que participa da produção do saber sobre estas organizações. Sua reflexão tem se voltado, principalmente, no sentido de perceber como esta área do conhecimento tem participado na produção do saber sobre a diferença sexual. Para ela a “História é tanto objeto da atenção analítica quanto um método de análise. Vista em conjunto desses dois ângulos, ela oferece um modo de compreensão e uma contribuição ao processo através do qual gênero é produzido” (SCOTT, 1994: 13-14).

Fica evidente, diante desta perspectiva, que o conhecimento histórico não é o documento fiel da realidade vivida, logo, não documenta as reais e únicas condições vivenciadas por homens e mulheres ao longo do tempo, ela sim, oferece um modo de compreensão e uma contribuição ao processo através do qual gênero é produzido.

Segundo Scott, conclusões como estas, são fruto de reflexões e experiências que ajudam a mudar pensamentos e abre novas direções para a pesquisa e a produção de textos. Temas como gênero e história têm sido a tônica de muitos de seus ensaios e grande parte das conclusões a que chegou, surgiram a partir das discussões travadas num grupo notável de pesquisadoras(es) durante os anos que dirigiu o Pembroke Center de Docência e Pesquisa, sobre Mulheres da Brown University; foi aí onde passou a levar a sério a teoria pós-estruturalista e a enfrentar suas implicações para uma história social (SCOTT, 1994: 11-12).

O uso da teoria pós-estruturalista é defendida por Scott, em “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista” (SCOTT, 2000: 203-204), como sendo a teoria que melhor permite ao feminismo romper o esquema conceitual das velhas tradições filosóficas ocidentais, que têm construído o mundo de maneira hierárquica, em termos de universos masculinos e especificidades femininas. Destacar que se precisa de teorias que permitam articular modos de pensamentos alternativos sobre gênero e que não busque simplesmente reverter ou confirmar velhas hierarquias, para ela, portanto, a teoria que melhor se aplica a esta proposta é o pós-estruturalismo. Ressalta não ser a única, porém a que possui instrumental mais adequado e satisfatório para a análise das construções de significados e relações de poder, como também a que questiona as categorias unitárias e universais, tornando históricos conceitos que normalmente são tratados como naturais ou absolutos. Dessa forma, o pós-estruturalismo e o feminismo compartilham uma certa relação crítica diante das tradições políticas e filosóficas estabelecidas, e explorar essa relação, segundo ela, parece valioso.

Este texto não discute a trajetória do pensamento de Joan Scott, nos “vários” intercursos empreendidos por ela no decorrer de sua trajetória acadêmica e militante feminista, nem analisa todas as implicações propostas por ela no estudo da relação entre gênero e história. A proposta aqui é apenas esboçar uma breve reflexão a respeito desta relação, dando ênfase especial a sua proposta, enquanto historiadora, para o papel deste campo do saber no trato das relações de gênero, enquanto objeto de estudo necessário e “categoria útil de análise histórica”.

Scott demonstra, em seus ensaios, preocupação em tratar as relações entre mulheres e homens a partir de uma ótica que faça como que estes sujeitos não sejam vistos em separados, daí, por exemplo, ter lançado sérias críticas quanto ao modo como foi estudada a “história das mulheres” por volta da década de 1970, e mostrar porque tal abordagem teve tão pouco impacto. Para a historiadora o caminho que se estava seguindo, ou seja, o de mostrar novas informações sobre as mulheres no passado, pensando que com isso ia de certo modo “equilibrar a balança”, não estava ajudando neste projeto, tendo em vista, não modificar a importância atribuída às atividades femininas, mas, pelo contrário, o que se estava fazendo era colocá-las como em separado, estava dando a elas um lugar marginal em relação aos temas masculinos dominantes e universais (SCOTT, 1994: 14).

A questão era simples, escrevia a respeito das mulheres trabalhadoras, dava visibilidade a elas no processo de industrialização, falava de seu cotidiano, de sua inserção ao mundo do trabalho etc, porém, não se tratava de questões que esclarecia porque aqueles que escreveram sobre a história do trabalho ignoraram evidências a respeito das mulheres, ou seja, não explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e assim esse tipo de abordagem não alterava as definições estabelecidas dessas categorias (SCOTT, 1994: 14-15).

Em “o problema da invisibilidade” (SCOTT, 1989:46), Scott também faz referência à questão das limitações da proposta da história das mulheres, enfatizando que o propósito “compensatório” desse tipo de iniciativa, não avançou no que diz respeito a certas questões teóricas e metodológicas fundamentais a esse tipo

de estudo e que estas questões só começaram a ser estudadas quando as (os) historiadoras (es) passaram a perguntar *por que e como* as mulheres se tornaram invisíveis na história.

No entanto, Scott no texto que carrega o título de “História das Mulheres” (SCOTT, 1992: 75-80), deixa claro não desmerecer a importância que esta produção, sob o viés de “suplemento” da história, causou no campo historiográfico, e aponta uma incômoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, dizendo que se por um lado é um suplemento inócuo deste conhecimento, como foi dito anteriormente, por outro, é um deslocamento radical dessa história. Argumenta que a maior parte da história das mulheres produzidas até final da década de 1980, havia buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos históricos. Ao agir dessa forma as (os) historiadoras (es) reivindicaram a importância das mulheres na história e terminaram por questionar pressupostos do próprio saber histórico, indo de encontro a definições como a que coloca este campo do saber como reflexão acurada sobre o que aconteceu no passado e de que seus agentes já estabelecidos seriam os únicos e “verdadeiros” merecedores de serem lembrados.

Scott afirma ainda que a história das mulheres tem uma força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, principalmente, porque este tipo de história questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher” e desafia a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto desta ciência – o Homem Universal. Sua força ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento de mulheres da década de 1970 (SCOTT, 1994: 81-83).

Dessa forma, avaliando a importância da história das mulheres, não desprezando, mas também não supervalorizando este estudo, a historiadora, faz um balanço dos avanços que ela possibilitou, sem perder de vista seus limites, pois, seu “desafio subversivo” ficou aparentemente contido em uma esfera separada que ela mesma criou. Sente-se a necessidade de ir adiante, e urgência em discutir questões mais profundas, Scott chama atenção que somente seguindo pelo caminho que a “história das mulheres” havia aberto não seria suficiente. Portanto, é na busca em aprofundar discussões e analisar de modo mais rigoroso o processo de como se dá e porque se reproduz a invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico, que surge o conceito de “gênero como categoria útil de análise”.

Uma das primeiras formulações teóricas que dá suporte explicativo em direção ao caminho da compreensão do que mais tarde se torna o conceito de gênero, é de Gayle Rubin². Ela é uma das teóricas feministas que ajuda a criar as condições que possibilitaram o surgimento deste conceito tão caro às teorias

² Gayle Rubin é antropóloga, americana e militante do movimento feminista desde 1960, com intensa atuação na política gay e lésbica por mais de duas décadas. Em entrevista concedida a Judith Butler em 1994, publicada na Revista *Pagu* de 2003, Rubin fala que o seu texto *The Traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex*, (em 1975), surgiu nos primórdios da segunda onda do movimento feminista, quando muitas feministas estavam tentando fazer uma idéia de como pensar e entender a opressão das mulheres. Assim, ele, é o resultado deste esforço. Hoje considerado mundialmente, um trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero, por traçar a distinção entre sexo/biológico e gênero/construção social do biológico.

feministas. Seu trabalho é tomado como referência nesta trajetória de busca de teorias que pudessem dar explicações e ajudasse a compreender como são elaboradas e valoradas as distinções entre os sexos.

Rubin, em seu texto “Tráfico de mulheres” (SCOTT, 1975: 157-210), discute e elabora o conceito de “sistema de sexo/gênero”, definindo este como sendo “um conjunto de arranjos através dos quais, a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana”. Rubin formula um instrumento de análise que sugere que o masculino e feminino não são características inerentes, mas construções subjetivas de cada uma das espécies humanas e aí está a riqueza de seu trabalho, servindo de referência para outros que seguirão essa perspectiva. Apesar de referência, Rubin sofreu várias críticas, algumas delas de Joan Scott.

Scott diz, em seu texto: Gênero: uma categoria útil para análise histórica (SCOTT, 1990), que Rubin pecou ao reduzir gênero ao sistema de parentesco. Ou seja, para Rubin as noções de “troca de mulheres” e “sistemas de parentesco”, trazidas por Strauss são conceitos sedutores e poderosos, isso porque coloca a opressão das mulheres dentro de sistemas sociais, em lugar da biologia e por serem formas observáveis e empíricas de sistemas de sexo/gênero. Segundo ela, muito do que se afirma sobre sexualidade e gênero é baseado nos sistemas de parentesco, devido estes se basearem no tabu do incesto, na heterossexualidade obrigatória e em uma divisão assimétrica dos sexos, ou seja, o sistema de parentesco é fundamentado na obrigatoriedade do casamento entre pessoas de sexos diferentes, este não deve ocorrer entre pessoas do mesmo grupo e sempre através da troca de mulheres (RUBIN, 1975: 06-14).

Scott defende uma visão mais ampla de gênero, que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho que é sexualmente segregado, a educação enquanto instituições socialmente masculinas e ainda o sistema político. Para ela a análise de Rubin foi reducionista, já que gênero tanto é construído através do parentesco, como também na economia, na organização política, enfim em outros lugares igualmente fundantes (SCOTT, 1990: 15).

Para Scott, portanto, as relações entre os sexos são construídas socialmente, como já havia sido sinalizado por outras teóricas, porém, para ela isso ainda diz pouco, pois não explica como estas relações são construídas e porque são construídas de forma desigual privilegiando o sujeito masculino; não diz como funcionam ou mesmo como mudam, assim chega à conclusão que só essa constatação, não tem força suficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1990: 11-12). Dessa forma, Scott vai além das propostas anteriores e articula a noção de construção social com a noção de poder, presente no processo dessa produção, dizendo por fim que gênero:

(...) tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental

entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1994: 13).

Por essa perspectiva gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder. Scott em Prefácio a *gender and politics of history* (SCOTT, 1994: 12), afirma que gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais, saber este, pensado por ela, seguindo a orientação de Foucault, como sendo a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas e ainda um modo de ordenar o mundo e como tal não antecede a organização social, mas é inseparável dela. Saber, pensado aqui, como algo que nunca absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo, cujos usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. Dessa forma, ela agrega tanto construção de saber, quanto relação de poder em sua definição e instrumentalização de gênero.

Vincular o saber ao poder e teorizar sobre eles operacionalizando a diferença exige, segundo Scott, uma história feminista mais radical do que aquela que vinha sendo feita, a partir do modelo da “história das mulheres”, e o pós-estruturalismo, pelo menos certas abordagens associadas a Michel de Foucault e Jacques Derrida, oferecem uma perspectiva analítica bastante poderosa em direção a este caminho. Com esta teoria se pode melhor responder aquela pergunta chave a respeito do papel do historiador ao estudar relações de gênero, isto é, dá para se pensar como as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas ao longo do tempo e em contextos mais diversos.

A partir do pós-estruturalismo, a ênfase não sugere um estudo de processos, não de origens; de causas múltiplas, ao invés de causas únicas; não se abandona a atenção às estruturas e instituições, mas se busca entender o que elas significam para poder então entender como elas funcionam. Os significados dessas organizações não são fixos, mas sim dinâmicos no léxico de uma cultura, por isso interessa à História analisar: os processos conflitivos através dos quais os significados se estabelecem, as maneiras através das quais conceitos como gênero adquirem a aparência de fixidez, as contestações que ocorrem às definições sociais normativas e ainda as respostas a essas contestações. Em suma, interessa saber como se dá o jogo de forças presentes na construção e implementação de significados em qualquer sociedade. Interessa saber a política³ que está evolvida aí, isto é, perceber de quem é o interesse em controlar ou contestar significados e qual a natureza desse interesse (SCOTT, 1994: 16-17). Para as (os) historiadoras (os) feministas, portanto, cabe:

³ Política para Scott é política entendida como o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência. Identidades e experiências são fenômenos variáveis organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares. (SCOTT, 1994: 18)

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos (SCOTT, 1994: 19).

O conhecimento histórico, segundo Scott, é parte da política de sistema de gênero. O discurso histórico, por exemplo, quando nega visibilidade às mulheres perpetua também sua subordinação e sua imagem de receptora passiva da ação dos demais sujeitos da História (SCOTT, 1994: 50). Cabe, portanto, a esta área do saber como um importante campo de produção de saber sobre as diferenças sexuais, ser parte de uma “política” de representação de gênero e buscar encontrar respostas sobre a invisibilidade das mulheres.

É oportuno então questionar: como encontrar gênero na História? Scott nos dá uma pista dizendo que é observando a textualidade, a maneira como os argumentos são estruturados e apresentados e não apenas o que é dito literalmente. Os significados são construídos através das exclusões, deve-se, portanto, reconhecê-las e assumir a responsabilidade pelas exclusões existentes no trabalho de cada um. Continuar reproduzindo o conhecimento histórico como tem sido feita, com a ausência ou subordinação das mulheres, indica uma política que naturaliza e desqualifica certas categorias e reprime certos temas, endossa e faz funcionar, por exemplo, gênero. Daí que fazer a análise do processo pelos quais os significados são constituídos e pelos quais nós constituímos os significados é uma atitude política, pois coloca o conflito no centro da sua análise, aceitando que hierarquias e poder são inerentes aos processos lingüísticos analisados (SCOTT, 1994: 20-23).

Portanto, o papel da História quanto à questão da relação de gênero, segundo Joan Scott, é:

Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processo políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento (SCOTT, 1994: .25-26).

A História em grande medida foi encenada no terreno do gênero, este terreno parecia fixo, mas foi contestado, as oposições entre masculino e feminino se perceberam problemáticas. Assim, faz-se premente tomar a História como um saber capaz de questionar: o que está em jogo ao invocar gênero para justificar ou explicar posições tidas como “dada” no saber histórico? Por que e desde quando as mulheres são invisíveis enquanto

sujeitos históricos? Quais arranjos contribuiriam(em) para a construção, manutenção e questionamento de gênero ao longo do tempo?

Essas são algumas das questões que pedem respostas e ao respondê-las se está aos poucos fazendo emergir uma História que oferece novas perspectivas às velhas questões; redefine antigas questões em termos novos; torna as mulheres visíveis como participantes ativas; estabelece uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia e por último, mas não menos importante, abre possibilidades para reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e futuras, já que sugere que gênero tem que ser redefinido em conjunção com uma visão de igualdade política e social, incluindo além do sexo, classe e raça (SCOTT, 1994: 17-18).

É esse o desafio que o conceito de gênero coloca para a História; é esta a tarefa que esta área do conhecimento deve empreender, para desse modo ser um instrumento útil na construção de uma sociedade com relações mais equitativas no que se refere a mulheres e homens, sujeitos históricos de igual valor no processo de constituição das sociedades.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOFF, Jacques Le. A História Nova. 5ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2005.

RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." In: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

_____. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) *Gênero e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

_____. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In. *Debate Feminista - Cidadania e Feminismo*, nº especial, 2000. (edição especial em português).

_____. *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. (Tradução Élvio Antônio Funck). Florianópolis: Mulheres, 2002.

Artigo recebido: 05/02/2008
Aprovado: 31/05/2008